



Universidade de Brasília
CET-Centro de Excelência em Turismo

Pós-graduação Lato Sensu

Curso de especialização de formação de Professores e Pesquisadores
em Turismo e Hospitalidade

Patrimônio Histórico, Identidade Cultural e Turismo
-O Barroco Mineiro-

Carlos Augusto Ribeiro Pinto

Brasília
Março de 2006



Universidade de Brasília
CET-Centro de Excelência em Turismo

Pós-graduação Lato Sensu

Curso de especialização de formação de Professores e Pesquisadores
em Turismo e Hospitalidade

O Patrimônio Histórico, Identidade Cultural e
Turismo

Barroco Mineiro

Carlos Augusto Ribeiro Pinto

PROFESSOR
COORDENADOR

PROFESSOR
ORIENTADOR

PROFESSOR
EXAMINADOR

“Trabalho apresentado em cumprimento às exigências acadêmicas parciais do curso de pós-graduação lato sensu em Formação de Professores e Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade para a obtenção do grau de Especialista.”

Brasília – DF
Março de 2006



Universidade de Brasília
CET-Centro de Excelência em Turismo

Pós-graduação Lato Sensu

Curso de especialização de formação de Professores e Pesquisadores
em Turismo e Hospitalidade

Patrimônio Histórico, Identidade Cultural e Turismo -O Barroco Mineiro-

Aluno: Carlos Augusto Ribeiro Pinto

Orientador: Prof^a Dr^a Maria T. Ferraz Negrão de Mello

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do Certificado de Especialista no curso de Formação de Professores e Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade.

Brasília
Março de 2006

PINTO, Carlos Augusto Ribeiro

Patrimônio Histórico, Identidade Cultural e Turismo: O Barroco Mineiro

Carlos Augusto Ribeiro Pinto

Monografia – Curso Formação de Professores e Pesquisadores em
Turismo e Hospitalidade

Brasília – DF. Março, 2006

Área de Concentração: Turismo e Hospitalidade.

Orientadora: Professora Dr. Maria T. Ferraz Negrão de Mello

Patrimônio histórico

Identidade cultural

Turismo

Dedico este trabalho aos meus pais, que pouco freqüentaram a sala de aula, porém sempre trabalharam incansavelmente para que o mesmo não acontecesse comigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu refúgio de todas as horas, fonte que abastece minha vida nos momentos mais difíceis.

Agradeço, em especial, a Alberto Luís e Priscilla Sales que me auxiliaram para a conclusão deste trabalho.

Agradeço, também, a minha orientadora Professora Maria T. Ferraz Negrão de Mello por suas explicações e sugestões, informações e gentileza.

Agradeço todos aqueles que, de forma direta ou indireta, colaboraram com livros, fotos, indicações, atenção e amizade, contribuindo para a realização deste trabalho.

“Necessitamos democratizar nosso patrimônio, tornando-o mais aberto e plural, mais próximos do processo estruturador do Brasil como nação. Quanto mais democráticas e modernas forem as políticas de patrimônio, mais próximas estaremos da realização de formas econômicas que as tornem sustentáveis. Se nossa época é de globalização, é também de crescimento de nossa auto-estima, da reafirmação de nossa identidade como nação, de retomada de nossa crença no Brasil.”

Francisco Weffort

RESUMO

A pesquisa trata do Barroco Mineiro, proporcionando um panorama acerca de seu aspecto histórico e cultural.

Destaca-se a utilização de matérias-primas locais na confecção das obras e, ainda, o emprego do ouro na decoração, o que lhe conferiu características próprias e reconhecimento internacional de artistas como Aleijadinho e Mestre Ataíde, dentre outros.

A pesquisa ressalta a importância da preservação de nossos bens históricos e culturais e as instituições governamentais voltadas à defesa do patrimônio nacional, incluindo a legislação relativa ao tema.

Tendo como suporte empírico um conjunto de textos oficiais e documentações sobre o patrimônio, a pesquisa articula nossos bens patrimoniais no cenário mineiro com sua arte barroca às questões de identidade e às práticas do chamado Turismo Cultural.

Patrimônio Histórico

Identidade Cultural

Turismo

ABSTRACT

The issue is about Barroco Mineiro and a prospect about its historical and cultural aspects.

In focus the local material use at doing artwork, and also, the gold use at decoration, what gives Barroco its proper characteristics and international recognition to artists such as Aleijadinho and Mestre Ataíde, and others.

The issue points out the importance of the preservation of our historical and cultural goods and, the governmental institutions for the defense of national heritage, including the law about the subject.

As an empirical support there's a group of official papers and documents about heritage, this essay join our heritage goods at mineiro scenery and its Barroco Art with identity questions and the Cultural Tourism.

Historical heritage

Cultural identity

Tourism

SUMÁRIO

Resumo	6
Abstract	7
Introdução	10
1. Capítulo 1: O estilo barroco	14
1.1.O Barroco no Brasil	15
1.2.O Barroco em Minas Gerais	17
1.3.Ouro Preto	21
2. Capítulo 2: A Pesquisa e a Articulação das Fontes: Conduas Adotadas	24
3. Capítulo 3: Patrimônio Histórico e Cultural	27
3.1.O Tombamento de Bens Particulares	30
3.2.Restauração e Preservação dos Monumentos	31
3.3.Patrimônio Histórico em termos jurídicos	32
3.4.Patrimônio Histórico no Brasil	34
4. Capítulo 4: A arte Barroca e a Identidade Cultural Brasileira	37
4.1.Conhecendo o Patrimônio Histórico Nacional	40
4.2.Atrativos Turísticos do Barroco Mineiro	43
Conclusão	47
Bibliografia	50
Anexo	52

Lista de ilustrações

Figura 1 Chafariz em Ouro Preto	16
Figura 2 Pintura no teto da Igreja Nossa Senhora do Pilar em São João Del-Rey	18
Figura 3 Museu da Inconfidência	23
Figura 4 Sobrado ao estilo barroco	27
Figura 5 Sobrado na região mineira	29
Figura 6 Altar da Igreja Nossa Senhora do Ó em Sabará	36
Figura 7 Casa dos Contos, Ouro Preto	37

INTRODUÇÃO

A preservação da memória manifesta-se através da necessidade de se ter um passado comum. O monumento, o objeto de arte, como também o documento é o testemunho histórico da sociedade, onde determina a própria imagem, o poder de comprovação de seu processo de formação. Le Goff assinala:

“A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (Le Goff, 2003:419)

No Brasil os aspectos técnicos têm predominado nas discussões sobre o patrimônio em detrimento do seu sentido político mais amplo. Como resultado, a maior parte dos bens preservados expressaram a história luso-brasileira, agrária e escravista da nossa cultura pouco acessível à população que tende à indiferença a este patrimônio, como se fosse um país distante e sem interesse algum para nós.

Para mudarmos essa realidade, necessário se faz a elaboração dos projetos de conservação da memória da nação, e isso só será possível com o apoio de toda a comunidade acadêmica, com suas pesquisas e estudos científicos, dos órgãos do governo e da sociedade como um todo.

O desenvolvimento da arte barroca em Minas Gerais resultou em um grande encontro de pessoas das mais variadas procedências, brancos, negros, índios. Aos negros cabia o trabalho pesado. Aos portugueses fornecer os modelos da arte européia. Mas, quem finalmente fez nascer a arte brasileira foi o mulato. Ele executava, criava, desenvolvia e soltava a imaginação, tomou conta do mundo artístico e deixou o trabalho pesado do negro, passando a ser a extensão do branco, herdando todos os seus conhecimentos e transmitindo-os como se fosse um porta-

voz preocupado em dar à mensagem sua própria cor, o tom, enfim, o caráter de uma obra tipicamente brasileira.

Esta pesquisa voltada à questão da preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro enfoca o Barroco Mineiro no intuito de remir sua importância para o Brasil, seja no aspecto cultural ou histórico e buscando despertar o interesse da sociedade para a preservação desse patrimônio artístico.

A busca da preservação de nossa identidade cultural é o objetivo primeiro de toda política de bens culturais. Essa política nasce de um comprometimento com a vida social. O acervo a ser preservado, recebido de gerações anteriores ou produto do nosso tempo, será referido como histórico por sua significância e por sua representatividade social.

O gosto pela arte só é despertado a partir do momento em que a conhecemos, portanto, através desse conhecimento surge o sentimento de cuidado e zelo.

É certo que as obras barrocas precisam tornar-se mais acessíveis e conhecidas e o mais importante, precisam ser preservadas para serem passadas às futuras gerações. A educação é o caminho, o trabalho é árduo e demorado. Contudo, há de ser iniciado a tempo de conseguirmos salvar nossos bens culturais mais preciosos.

A arte barroca chegou ao Brasil no século XVII, e mesmo apesar das diversas etapas e aspectos variados, veio banhado de informações européias. Enquanto as cidades litorâneas brasileiras revelavam um barroco transplantado, copiado da Europa. Nas montanhas de Minas Gerais surge um barroco “bem brasileiro” mostrando soluções e fórmulas inéditas.

Trabalhar acerca do Barroco em Minas Gerais, a questão de sua preservação e sua importante contribuição para a formação da identidade cultural do Brasil é a finalidade deste estudo, que tem também como objetivo despertar na sociedade o sentimento de zelo e cuidado frente à representatividade de nossos bens culturais, buscando através da conscientização, a preservação do patrimônio histórico artístico e cultural brasileiro.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, no qual, o primeiro, intitulado “O Estilo Barroco”, centra-se no contexto histórico da época e o desenvolvimento do estilo no Brasil, destacando o Barroco Mineiro como expressão maior do estilo em nosso país, especialmente na cidade de Ouro Preto.

Intencionalmente breve, o segundo capítulo é dedicado às considerações sobre o objeto de estudo, hipóteses e sua justificativa. Assim, como o modo de captação, seleção e organização das fontes e argumentações norteadoras do trabalho que se inicia com o já citado quadro histórico.

No terceiro capítulo, com o título de “Patrimônio Histórico Cultural”, há um estudo sobre o tema, mostrando a legislação existente e destacando órgãos voltados a sua preservação, como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

No quarto capítulo, que recebe o título de “A Arte Barroca e a Identidade Cultural Brasileira”, busca-se mostrar a relação entre a arte e a identidade cultural, destacando a importância de assegurar o conhecimento da arte pela sociedade em geral, especialmente através do sistema educacional, buscando a conscientização do povo e, a partir deste ponto, resgatar o valor dos bens históricos e culturais para a afirmação da identidade nacional.

Muito embora, centrado na expressão barroca em Minas Gerais e questões a que ela se articula, tais sejam a arte, a identidade e o patrimônio, a pesquisa é atravessada pela sintonia com o fenômeno turístico. Afinal, a arte barroca encontra no espaço mineiro, em seu conjunto de cidades históricas, um locus ideal e, portanto, referência como destinação turística. Refere-se aqui, especialmente, a modalidade denominada Turismo Cultural. Tais lugares de visitas convidam a pensar na necessidade de enfatizar a preservação, entendida como tarefa governamental e, também, como incumbência ou responsabilidade dos “do lugar” e dos visitantes.

Cabe lembrar também, nestas anotações introdutórias, a motivação do autor quanto à escolha do tema e modo de construção do objeto. Partindo do entendimento primeiro de que o campo do turismo é constitutivamente interdisciplinar, no presente estudo coerente com sua formação em História, o estudo ora apresentado entrecruza o fenômeno turístico e as diversas áreas do saber, com ênfase no solo histórico, até pela natureza do objeto trabalhado.

A pesquisa buscou um referencial teórico que apoiasse a pressuposição de que a preservação e a valorização do patrimônio histórico pela atividade turística poderá ser facilitada através do conhecimento da História, do sentimento de inserção na sociedade e o encontro de sua identidade.

CAPÍTULO 1

O ESTILO BARROCO

A arte barroca nasceu no início do século XVII, na Itália, e estendeu-se pela Europa e América Latina, onde se desenvolveu durante o século XVIII e início do século XIX.

A arquitetura barroca é uma forma de propagar a fé na Igreja e no Estado, por isso as principais construções são igrejas e edifícios públicos. Tem como características o abandono das normas e convenções, da geometria elementar e da simetria, as fachadas são ondulantes e decoradas com esculturas. Há grande uso de pilastras e o interior é repleto de madeira entalhada recoberta de dourado. Linhas diagonais e escadas dão movimento e altura às construções. O exagero de formas e a mistura de texturas representam a opulência da sociedade da época.

Com o crescimento do movimento protestante, a Igreja Católica promoveu o movimento da Contra-Reforma, que consistia numa reação diante do avanço do protestantismo. Algumas medidas foram adotadas, dentre as quais, destaca-se a aprovação da Ordem dos Jesuítas¹, que utilizou-se do Barroco como instrumento de afirmação e persuasão da fé cristã.

As novas descobertas, impulsionadas pelas grandes navegações realizadas por Espanha e Portugal, possibilitaram a forte atuação dos contra reformistas, especialmente das missões catequéticas dos jesuítas, que se dirigiam às novas terras no intuito de catequizar os habitantes destas.

¹ Ordem dos Jesuítas: Aprovada no ano de 1540, pelo papa Paulo III, também chamada Companhia de Jesus, fundada pelo militar espanhol Ignácio de Loyola em 1534, inspirando-se na estrutura militar, os jesuítas consideravam-se “soldados da igreja”, cuja missão era combater a expansão do protestantismo. In História Global Brasil e Geral, Geraldo Cotrim, p. 163.

Em sua origem o Barroco evidenciava a idéia do exagero, mau gosto e falta de lógica em relação ao estilo clássico do renascimento. A exuberância das formas e a dramaticidade são suas principais características. Recuperou o gosto pelo pitoresco, pela movimentação das formas e pelo jogo incessante de planos, revelando a dualidade própria do homem da época: ligado aos ideais humanistas, mas preso à realidade do Absolutismo e da Contra-Reforma.

Mais do que um estilo artístico, o Barroco expressou um modo de ser. Paradoxalmente, apelava para os sentidos e as paixões humanas e servia aos propósitos da doutrinação religiosa da igreja Católica.

Inúmeros artistas dessa fase histórica, que exteriorizaram sua emoção e demonstraram sua capacidade profissional a serviço dos ideais religiosos, permanecem anônimos. Com efeito, aquela foi uma época em que o artista criava magníficas obras para cumprir uma tarefa e não para expressar sua subjetividade. A consciência do artista como um ser provido de talento superior e destinado a uma missão que não era para qualquer mortal, nasceria apenas no contexto da burguesia capitalista vitoriosa na Europa do século XIX.

1.1. O Barroco no Brasil

O Barroco chegou à América Latina com os missionários jesuítas, que trouxeram o novo estilo como instrumento de doutrinação cristã. Os primeiros templos surgem como uma transplantação cultural, que utilizava modelos arquitetônicos e de peças construtivas e decorativas e trazidas diretamente de Portugal.

O estilo chegou ao Brasil com as grandes missões colonizadoras da poderosa Companhia de Jesus e, então, encontrou toda uma atmosfera propícia para desenvolver-se como o estilo barroco brasileiro.

Sendo o Barroco brasileiro associado à religião católica, vemos por todo o país inúmeras igrejas construídas segundo os princípios desse estilo. Também foram construídos muitos edifícios civis – como cadeias, câmaras municipais, moradias de pessoas ilustres e chafarizes que apresentam nítidas características barrocas.



Figura 1 Chafarizes como este são comuns nas cidades mineiras como Ouro Preto. No período da mineração a população se abastecia de água nessas fontes públicas.

Silveira assinala:

“A igreja católica espalhava-se pelo território mineiro através de vários freguesias e paróquias. Em todos os cantos, das grandes vilas aos pequenos povoados, encontram-se igrejas e capelas, geralmente construídas com o dinheiro dos Fiéis. Esses se congregavam em associações denominadas irmandades. Nelas, os habitantes das Minas procuravam ajudar-se mutuamente, promovendo enterros solenes ou organizando grandes festas para os Santos padroeiros”.(Silveira, 1996: 25).

Duas linhas diferentes caracterizaram o estilo barroco no Brasil. Nas regiões enriquecidas pelo comércio de açúcar e pela mineração, encontramos igrejas com relevos feitos em madeira – as talhas² – recobertas por finas camadas de ouro, com janelas, cornijas³ e portadas⁴ decoradas com detalhados trabalhos de escultura. É o caso das construções barrocas de Minas gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Já nas regiões onde não existiam essas riquezas, a arquitetura teve outra forma, como é o caso de São Paulo, onde as igrejas apresentam talhas modestas e trabalhos realizados pelos artistas menos experientes e famosos dos que viveram nas regiões mais ricas.

1.2. O Barroco em Minas Gerais

Com a descoberta do ouro, estende-se por todo o país o gosto pelo Barroco. Durante o século XVIII, quando a Europa experimenta as concepções artísticas do Neoclassicismo⁵, a arte colonial mineira resiste às inovações, mantendo um barroco tardio mais singular.

A distância do litoral e as dificuldades de importação de materiais e técnicas construtivas vão dar ao Barroco de Minas Gerais um caráter peculiar, que possibilita a criação de uma arte diferenciada, marcada pelo regionalismo. A formação urbana das vilas mineiras e a fé intimista, em que cada fiel se relaciona com seu santo

² Talhas: ornamentos esculpidos em madeira, mármore, marfim ou pedra sabão e que são usados nos altares, tetos e janelas. In História da Arte; PROENÇA, G., SP, Ed. Ática, 1987.

³ Cornija: Ornato que assenta sobre o friso de uma obra arquitetônica, moldura. In Minidicionário da Língua Portuguesa; BUENO, S., FTD.

⁴ Portada: grande porta geralmente com enfeites. *Ibidem*

⁵ Surge na Itália, Alemanha e França e espalha-se por outros países, entre 1750 e 1830, sob influência do Iluminismo. Retoma o gosto pelas formas clássicas e corretas. As obras são monumentais e grandiosas. In Almanaque Abril, 1997.

protetor, viabilizam uma forma única de expressão, que se define como um gosto artístico, e mais do que isso, como um estilo de vida.

A vida urbana em Minas Gerais era maior e os habitantes formavam uma sociedade exibicionista onde se dava grande importância à ostentação da riqueza, e a construção de belas casas e grandes igrejas era uma forma de expor o luxo e a riqueza.



Figura 2 Pintura no teto da Igreja N. Senhora do Pilar, em S. João Del Rey.

O barroco, por suas formas exuberantes, foi o estilo que predominou, pois tinha como objetivo ofuscar os sentidos, afirmar o esplendor divino, conquistar a alma e maravilhar e extasiar os fiéis.

Sendo assim, o estilo Barroco foi utilizado como uma arma da Contra-Reforma diante do Protestantismo, que pregava austeridade e rigidez, o catolicismo reagiu com o Barroco, que era o oposto, pregava o movimento das formas.

No século XVIII, as irmandades religiosas multiplicaram as construções em Ouro Preto, e cada uma tentou fazer de sua igreja a mais rica e mais bonita da cidade. Com o ouro, abundante na região, as igrejas guardavam verdadeiros tesouros em altares decorados com talhas douradas.

Prado Júnior afirma que:

“O ouro brasileiro é, na maior parte, de aluvião, e se encontra sobretudo no leito dos cursos d’água e nas suas margens mais próximas. Ele resulta de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matrizes onde antes se concentrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa”. (Prado Júnior, 1977:60).

Com a pedra-sabão, matéria-prima local, substituíram o mármore europeu e encontraram soluções originais para a decoração de cada uma das igrejas. Por trás das fachadas simples levantavam colunas retorcidas e esculpiram anjos, seres mitológicos, santos e cenas bíblicas.

Grandes artistas, como o entalhador português Francisco Xavier de Brito, vieram participar dessa intensa atividade. O arquiteto e mestre carapina Manuel Francisco Lisboa, autor de obras importantes em Vila Rica, teve um filho com sua escrava africana, sendo este Antonio Francisco Lisboa, apelido de Aleijadinho, devido a uma moléstia que foi lhe deformando os membros ao longo da vida.

Aleijadinho⁶ é considerado o maior artista brasileiro do período colonial e legou ao país uma herança inigualável pela genialidade de suas obras. Em Ouro Preto, onde nasceu e morreu, deve-se a ele o esplendor arquitetônico e artístico da Igreja de São Francisco de Assis, entre muitas outras obras que se particularizam no cenário urbano e na ornamentação de templos.

Os artistas da época trabalhavam a partir das condições materiais da região, adaptando os ideais artísticos à sua vivência cotidiana. Antonio Francisco Lisboa e Manoel da Costa Ataíde são os expoentes máximos dessa arte adaptada ao ambiente tropical e ligada aos recursos e valores regionais.

⁶ Escultor e entalhador mineiro. Antônio Francisco Lisboa (1738-1814) é autor das obras mais importantes de escultura em pedra do barroco brasileiro. Nasceu em Vila Rica, atual Ouro Preto, filho de uma escrava e de um entalhador português. Seguindo os passos do pai, inicia-se na arte ainda criança. Aos 40 anos, seus pés e suas mãos começam a se deformar em consequência de uma doença degenerativa o que lhe garante a alcunha de Aleijadinho. In MACHADO, L., Barroco Mineiro. SP,. Ed.Perspectiva.1984.

Aleijadinho introduz a pedra-sabão em seus trabalhos de escultura em substituição ao mármore e Ataíde cria pinturas similares aos apreciadíssimos azulejos portugueses, quando trabalhavam juntos na igreja de São Francisco de Assis.

A arte barroca mineira é uma das mais belas do mundo. Os artistas barrocos construíram muitas igrejas, capelas, santuários, oratórios, casas, esculturas e painéis.

Antônio Francisco Lisboa era escultor, arquiteto e decorador. Dentre suas obras-primas destacam-se as esculturas em pedra-sabão dos doze profetas do Antigo Testamento, em Congonhas do Campo. Na construção da Igreja de São Francisco de Assis, Aleijadinho participou como arquiteto e decorador.

Suas obras foram pesquisadas e analisadas por vários autores, que escreveram diversas obras mostrando a história da arte mineira, destacando também as obras de Manoel da Costa Ataíde. A sensibilidade do artista começava pela escolha do material de trabalho, é interessante ressaltar que esses artistas trabalhavam principalmente com a madeira.

O Barroco colonial foi a época dos trabalhos em pedra lavrada e esculturas na madeira. Decorou-se pouco as entradas e portais das igrejas, mas, o interior mostrou-se rico em detalhes de se admirar ainda hoje. O conjunto de ornamentos que compõem a decoração de santuários legou obras de inestimável valor. A arte de gravar, cinzelar, esculpir teve seu momento áureo.

1.3. Ouro Preto

Tombada como Patrimônio da Humanidade pela Unesco⁷, a cidade de Ouro Preto reúne um dos conjuntos mais homogêneos e completos da arte barroca. Foi fundada em 24 de junho de 1698, dia em que os bandeirantes paulistas avistaram o pico do Itacolomi. Na paisagem montanhosa reconheceram a tão sonhada região do Tripuí, onde encontraram o ouro preto, recoberto por uma camada de paládio e famoso por sua especial qualidade.

Logo, milhares de pessoas abandonaram seus comércios na Bahia, plantações de cana-de-açúcar em Pernambuco ou a criação de gado nos sertões do rio São Francisco para ir atrás do tão cobiçado ouro. Vieram também do Rio de Janeiro e do litoral sul. Aldeias inteiras no norte de Portugal, em busca de eldorado. Finalmente, estava descoberto no coração do Brasil.

Toda essa gente iria entrar em atrito frontal com os paulistas, pioneiros na conquista do território. Vários conflitos marcaram os primeiros tempos em Minas Gerais, como a Guerra dos Emboabas⁸. A localização estratégica de Ouro Preto contribuiu para a exacerbação dessas contendas em seus arraiais.

Com vistas à organização do poder português, o governador Antônio de Albuquerque criou Vila Rica em 8 de julho de 1711, reunindo sob a jurisdição municipal de diversos Arrais onde abundava o ouro preto.

⁷ Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, criada em 1946 para promover a cooperação internacional por meio do desenvolvimento tecnológico e elevar os padrões educacionais no mundo. In www.unesco.com.br

⁸ Guerra dos Emboabas: Em 1708 mineradores paulistas e sertanejos que trabalhavam nas Minas Gerais se indispõem contra forasteiros portugueses e brasileiros, chamados emboabas (do tupi – buabas - aves com penas até os pés, em referência às botas dos forasteiros). Os emboabas chegaram à região em busca do ouro. Como descobridores das minas, os paulistas alegavam ter direito preferencial sobre a extração. Sob o comendo de Manuel Viana, os emboabas atacam Sabará. Cerca de 300 paulistas contra-atacam, mas acabam rendendo-se. O chefe emboaba Bento do Amaral Coutinho desrespeita o acordo de rendição e, em 1709 mata paulistas no local que fica conhecido como “Capão da Traição”. Para consolidar seu controle sobre a região, Portugal cria a Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro. In: Almanaque abril, 1977.

Capital da província, durante o Império, Ouro Preto tornou-se capital do estado de Minas Gerais, com a República, em 1889. Logo, o desejo de mudança, estimulado pelo novo regime, fez com que os mineiros construíssem a cidade de Belo Horizonte para sediar o governo estadual, em 1897. Ouro Preto pôde assim ser preservada como cidade monumento, título que recebeu do presidente Getúlio Vargas⁹. Em 1938, a cidade foi integralmente tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1980, tornou-se o primeiro bem cultural brasileiro inscrito na lista do Patrimônio da Humanidade, estabelecida pela UNESCO.

Camargo acrescenta:

“O caráter simbólico do patrimônio se evidencia aqui com absoluta clareza. A cidade e todos os seus bens já existiam, mas por meio de um ato jurídico se reconhece um significado que transcende ou ultrapassa as suas características funcionais. O decreto Nº 22.928 é a institucionalização de uma aspiração social que se procurou resgatar por meio de processo histórico”. (Camargo, 2002: 84).

As belas igrejas de Ouro Preto, tanto por sua quantidade quanto pela esplendorosa beleza, são exemplos magníficos do patrimônio de Ouro Preto, contudo este patrimônio é composto por diversas obras, como: pontes de pedra, chafarizes e casarões que contribuem para a manutenção do ambiente histórico da cidade. A casa da Ópera, a Casa dos Contos são exemplos da arquitetura civil setecentista. O Palácio dos Governadores e a Casa de Câmara e Cadeia, hoje Museu da Inconfidência, demarcam a Praça Tiradentes no centro da cidade, mostrando a imponência de suas formas.

⁹ Getúlio Dorneles Vargas (1883-1954), foi presidente do país, após comandar a Revolução de 1930, foi deposto pelos militares em 1945. Eleito presidente em 1950, pelo PTB retomando uma forma de política nacionalista e populista. In: COTRIN, G. História Global, cap. 54.



Figura 3 O atual prédio do Museu da Inconfidência começou a ser construído no final do século XVIII para abrigar a Câmara e a cadeia de Vila Rica.

O próximo capítulo será apresentado como a estruturação da pesquisa e articulação das fontes. Definições das condutas adotadas para a organização e a realização do trabalho.

CAPÍTULO 2

A PESQUISA E A ARTICULAÇÃO DAS FONTES:

CONDUTAS ADOTADAS

A presente investigação, de cunho exploratório, tematiza o patrimônio histórico, a identidade cultural e o turismo, recortando deste painel, intencionalmente amplo, o viés do barroco mineiro, pontualmente, meu objeto de estudo.

A intenção foi a de retomar, em perspectiva histórica, a arte barroca no cenário brasileiro, verticalizando para Minas Gerais, como se viu no capítulo anterior.

De modo a enfatizar meus argumentos e justificar as fontes selecionadas, nestas anotações que constituem o segundo capítulo, inscrevo alguns elementos que subsidiaram a elaboração do trabalho, segundo meus objetivos.

Tive como objetivo mais amplo situar a arte barroca no solo histórico tendo como pressuposto sua condição de arte e patrimônio e, portanto, item cuja importância turística não pode ser negligenciada.

Interessou à pesquisa levantar a documentação que abriga as leis brasileiras referentes ao nosso patrimônio histórico e cultural. Igualmente interessou verticalizar as informações obtidas, tais como a de visibilização de questões referentes ao tombamento, restauração e universo jurídico que respalda as ações. Este, dentre outros aspectos, permitiram a construção do terceiro capítulo. No quarto e último capítulo, os atrativos do barroco mineiro ganham destaque e, a conclusão retoma os aspectos principais das questões problematizadas.

Tratou-se, como se vê, de pesquisa de gabinete cujo *Corpus* constitui-se das seguintes fontes:

- Constituição da República Federativa do Brasil: 1988;
- Boletim Informativo 14^a ed. Patrimônio Cultural Coordenação Regional do IPHAN;
- Estante bibliográfica constituída de obras centradas nos seguintes itens: a arte barroca, noção de patrimônio e fundamentos de turismo.

Resumidamente relatadas, as atividades desenvolvidas podem ser indicadas através de etapas (metodologia):

- Inventário preliminar do material de pesquisa.
- Compatibilização do material inventariado, segundo os objetivos da pesquisa.
- Seleção do material iconográfico (fotos) para inclusão no corpo do trabalho.

Os procedimentos acima descritos ocorreram paralelamente à retomada de um quadro conceitual cuja adoção ensejou a elaboração do texto onde as noções de memória, patrimônio histórico e identidade cultural são palavras-chave.

A pesquisa tem como argumento norteador ou hipótese de trabalho o entendimento de que a prática turística, sobretudo quando se trata do turismo cultural, não se esgota no gesto da visitação enquanto tal. A necessidade é percebida por não poucos estudiosos. Delphim diz:

“Uma viagem deve ser antecedida do maior número de informações sobre o que o visitante irá conhecer. Consultar obras científicas é tarefa ingrata ao leigo, e a maioria das informações não são acessíveis. Nada melhor que a crônica de viagem, para fornecer a dose exata de conhecimento.” (Delphim, 2003:135)

E Choay acrescenta:

“O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.” (Choay, 2001:12)

Ampliando tais reflexões, a presente pesquisa entende que aos sítios com seus bens patrimoniais, como os aqui selecionados, não basta o conforto dos diplomas legais. Neste sentido, este estudo, articulando documentação oficial e referências teóricas, aspira ser um convite a futuras problematizações, por certo mais adensadas, fundamentais para a dinamização do nosso turismo cultural.

“A comunicação é a essência tanto do ensino como da escrita. Feliz do escritor que gosta de ambas as coisas, isso nos salva da ilha deserta em que normalmente nos deixamos ficar, escrevendo mensagens para destinatários desconhecidos a serem lançadas através dos oceanos em garrafas em forma de livros”.(Hobsbawm – 2002:330)

No tocante à comunicação, a pesquisa aponta o conhecimento do patrimônio histórico e a identidade cultural do barroco mineiro como motivadores que cumpriram a tarefa de despertarem o sentimento de pertencimento. Fator importante para a preservação das cidades históricas, pois o compromisso com o passado não é apenas responsabilidade da comunidade local, mas, também, dos turistas. Para Choay:

“Patrimônio histórico (..) designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum.” (2001:11)

O importante é sabermos que somos atores de um só palco e para que a preservação de nossa história aconteça, também dependemos da preservação da memória do outro. Assim, poderemos completar as lacunas deixadas pelo tempo, afinal, somos integrantes de um único tema: a espécie humana.

No próximo capítulo serão apresentados, de forma sucinta, dados jurídicos referentes ao patrimônio histórico.

CAPÍTULO 3

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Até a primeira metade do século XX, praticamente, patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo, associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil.

Os prédios considerados merecedores de cuidados especiais e exibição eram antigos palácios, residências de nobres ou locais onde aconteciam fatos relevantes para a história de determinado local. Neves acrescenta:

“Patrimônio Cultural é um conjunto de bens materiais e imateriais representativos da cultura de um grupo ou de uma sociedade. Para que se entenda esse conceito e sua relação com as identidades, torna-se necessário, antes de tudo, refletir acerca do conceito de ‘cultura”.(Neves, 2003:50).



Figura 4 Na região do ouro, pode-se encontrar sobrados (casas de dois andares) e belos solares (casas maiores com muitas portas e janelas) ao lado de casas térreas muito simples.

Existe, nos dias de hoje, um consenso de que a noção de patrimônio cultural é muito mais ampla, e inclui não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano e não só

aqueles que representam a cultura das classes mais abastadas, como também o que representa a cultura dos menos favorecidos.

Sendo assim, o patrimônio deixou de ser definido pelos prédios que abrigaram a nobreza e pelos utensílios por eles utilizados, passando a ser definido como um conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compusera e compõem a sociedade.

“Não há qualquer noção de patrimônio ou de bens patrimoniais no Brasil do século XIX. Aqui e ali, pode se aludir a precursores e exemplos pontuais e isolados sem qualquer consistência para constituir-se um fato histórico-social digno de nota e, principalmente, de política de preservação ou atrativo turístico. Tudo isso, como já se falou, emergirá efetivamente na terceira década do século XX”.(Camargo, 2002:72).

A mudança de conceito acompanha a mudança da História, que durante séculos registrou apenas os grandes feitos políticos. A nova História, que se consolidou depois da Segunda Guerra Mundial, propõe estudar, além de eventos conjunturais, as instituições e as mentalidades, buscando continuidades e inter-relações entre os fatos políticos antes privilegiados.

Na convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1972, define-se como patrimônio cultural:

- Monumentos: obras de arquitetura, escultura e pinturas monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e combinações destas que tenham um valor de relevância universal do ponto de vista da História, da Arte ou das Ciências.
- Conjunto de edificações separados ou conectados, os quais, por sua arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam de relevância do ponto de vista da História, da Arte ou das Ciências.



Figura 5 Mais um belo sobrado. As casas das autoridades nas regiões mineiras deveriam ter muito luxo e pompa, o que simbolizava o poder.

- Sítios: obras feitas pelo homem ou pela natureza e pelo homem em conjunto, e áreas que incluem sítios arqueológicos que sejam de relevância universal do ponto de vista da História, da Arte ou das Ciências.

Uma das advertências da Convenção de 1972 é o fato de o patrimônio cultural estar cada vez mais ameaçado de destruição, tanto pela deterioração normal, decorrente de fatores naturais, como por mudanças nas condições econômicas e sociais, que agravam a situação, e dentre as quais estaria o turismo. Os fatores provenientes da natureza que podem estragar um bem são as enchentes, as intempéries do tempo em geral. Entre os outros fatores, estão, inclusive, o ar que respiramos, os excrementos, a poluição, a falta de reparações ou reparações mal feitas.

Para proteger o patrimônio dessas ameaças, são necessárias políticas de preservação. Essas políticas não são neutras, espelham a ideologia dos que fazem as leis. Determinar o que é digno de preservação é uma decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais os símbolos devem permanecer para

retratar determinada sociedade ou determinado momento. Daí os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir.

As políticas preservacionistas referentes ao patrimônio arquitetônico tendem a não deixar tocar os bens, a preservá-los, no sentido estrito da palavra, a resguardá-los, o que implica, muitas vezes, deixar os prédios fechados. Quando essas políticas são aplicadas a edificações que já são propriedades do Estado, o problema se minimiza, mas, quando são aplicadas a bens particulares, há uma colisão com os interesses da área imobiliária, que podem levar, como já tem acontecido, a ações extremas por parte dos proprietários.

3.1. O Tombamento de Bens Particulares

A medida legal mais concreta para proteger o patrimônio é o tombamento, que consiste num registro do bem no Livro de Tombo¹⁰, o que implica não poderem ser demolidos nem modificados em seu aspecto externo ou em suas características essenciais, implicando também, que num raio de 300 metros, nada pode ser modificado.

O tombamento de bens particulares por parte do poder público leva automaticamente a uma perda de potencial de comercialização do terreno para a construção de propriedade horizontal. Desde que esta última é a aspiração da maior parte dos proprietários de casarões antigos, sobretudo quando se trata de bens herdados, o tombamento passa a ser visto como um fator negativo, até indesejado, uma ameaça ao patrimônio familiar, patrimônio que se entende como perdido.

O Estado, por sua parte, no presente momento, no auge do neoliberalismo, retira-se até das áreas onde é essencial, como saúde educação básica, e a

¹⁰ Livro em cujas páginas ficam registrados os bens considerados valiosos e sujeitos às leis de preservação do patrimônio. In Boletim Informativo nº 06 da XIV Coordenadoria do IPHAN – dez/1995.

preservação de prédios históricos e bens culturais com dinheiro público se torna a ser algo impensável. Cria-se, então, uma situação na qual o Estado tomba prédios históricos para protegê-los da destruição rápida, da demolição, mas tolhendo suas possibilidades de utilização, condena-os à destruição lenta do abandono, sem poder obrigar os donos a tomar providências e sem adotar as medidas necessárias, por falta de orçamento para tal.

Uma proposta para viabilizar a manutenção do patrimônio tem sido a conservação dos prédios mediante reaproveitamento por parte de empresas privadas, através de parcerias que em muito tem contribuído para a restauração e conservação de diversos bens históricos e culturais.

3.2. Restauração e Preservação dos Monumentos

No Brasil, a questão do patrimônio no que se refere a prédios está sendo gerida por órgãos oficiais, dentre eles o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – vinculado ao Ministério da Cultura, realiza um trabalho permanente e dedicado de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país.

O IPHAN tem autonomia orçamentária, financeira e administrativa, atuando junto à sociedade em todo o território nacional, através de vinte e nove unidades administrativas, quinze superintendências regionais e dezenove sub-regionais, além de dez museus regionais¹¹, nove casas históricas e sete escritórios técnicos, três unidades especiais¹². Sua administração central seta localizada em Brasília.

¹¹ Museus com representação do IPHAN: Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu da República, Museu da Inconfidência, Museu Lasar Segal, Museu Villa Lobos, Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya, Museu de Biologia profº Mello Leitão.

¹² Unidades especiais: Paço Imperial, Sítio Roberto Burle Marx, Cinemateca Brasileira.

A realização de ações de preservação do IPHAN conta com o apoio das comunidades, dos governos municipais e estaduais e do Ministério Público. Segundo dados referentes a dezembro de 2002, estão inscritos em seu Livro de Tombo 1635 bens, sendo que desses, 68 são sítios urbanos, como cidades, bairros, ruas e praças, compostos por cerca de 22 mil imóveis. Estão ainda sob proteção 12.495 sítios arqueológicos, 1 milhão de objetos, incluindo acervo museológico, cerca de 250 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos e videográficos.

3.3. Patrimônio Histórico em Termos Jurídicos

Em termos jurídicos, a noção de patrimônio histórico e artístico nacional é referida pela primeira vez no Brasil, como sendo objeto de proteção obrigatório do poder público na constituição de 1934, que menciona:

Art. 10 Das Disposições Preliminares

“III. Proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”.

Um dos grandes divulgadores da importância da proteção dos bens históricos e culturais brasileiros foi o advogado mineiro Gustavo Capanema¹³.

Contudo, é somente com o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que se regulamenta a proteção dos bens culturais do Brasil, estabelecendo o que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional:

“Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico”.

¹³ Gustavo Capanema Filho (1900-1985): advogado mineiro, Ministro da Educação de 1934 a 1945, tinha idéias nacionalistas e era ligado a intelectuais, criou o SPHAN. In www.cpdoc.fgv.gov.br

Desde então, todas as Constituições têm ratificado a noção de patrimônio em termos de direitos e deveres a serem observados tanto pelo Estado como pelos cidadãos.

A Lei 378 de 13 de janeiro de 1937, a mesma que reorganizou o Ministério da Educação e da Saúde Pública, cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Art.46. Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a finalidade de promover em todo o país e, de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

A Constituição Federal de 1988 no art. 216¹⁴ estabelece o que constitui o patrimônio cultural brasileiro, destacando que todas as obras, objetos e outras formas de expressão que referem à memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira são partes integrantes desse patrimônio.

Outro instrumento legal relacionado à preservação do patrimônio histórico é a Instrução Normativa nº 01 de 13 de junho de 1995 que:

“dispõe sobre os procedimentos de acompanhamento, controle e avaliação a serem adotados na utilização dos beneficiários fiscais instituídos pela lei 8313 de 23 de dezembro de 1991, e estabelece que para fins de fruição dos incentivos fiscais, previstos nessa última, o proprietário ou titular (pessoa física ou jurídica) da posse legítima de bens tombados pelo Governo Federal poderá deduzir do Imposto de Renda devido às despesas realizadas em sua conservação, preservação ou restauração.”

Através deste instrumento legal, a pessoa física poderá deduzir do Imposto de Renda devido na Declaração de Rendimento Anual, 80% dos valores aplicados nas obras de conservação, preservação ou restauração, sendo que esta dedução não poderá ultrapassar a 10% do imposto devido.

Assim, quando se fala em legislação sobre preservação e conservação do patrimônio cultural é necessário considerar alguns elementos, entre eles,o

¹⁴ Vide Anexo

tombamento. É a primeira atitude a ser tomada para a preservação dos bens culturais, uma vez que impede legalmente, a destruição do bem tombado.

3.4. Patrimônio Histórico no Brasil

No Brasil, a temática do patrimônio expressa como a preocupação com a salvação dos vestígios do passado da nação e, mais especificamente, como a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico começam a ser consideradas politicamente relevantes, implicando no envolvimento do Estado a partir da década de 20, quando já estavam em funcionamento os grandes museus nacionais que, contudo, não dispunham de meios de proteção de seus bens. A partir das denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria o “tesouro” da nação, perda irreparável para as gerações futuras, pela qual as elites do Estado seriam chamadas para responder, inclusive perante as nações civilizadas, o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na Imprensa.

Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade¹⁵, foram alguns intelectuais modernistas que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, a idéia de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado. Foram tais intelectuais que assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger as obras de arte e a história do país – o Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

“O movimento Modernista dá bem a medida das áreas onde recolheu os materiais que constituirão os subsídios para organizar o Departamento Histórico da Prefeitura de São Paulo em 1935 e, posteriormente, o plano para IPHAN. Deve-se

¹⁵ Rodrigo de Melo Franco Andrade (1898-1969) nasceu em Minas Gerais, foi advogado, jornalista e escritor. Formou-se pela Universidade do Rio de Janeiro e foi redator da Revista Brasil, chefiou o SPHAN desde a sua fundação em 1937 até 1968. In www.cpdoc.fgv.gov.br

acrescentar que esta última proposta jamais foi adotada como a idealizara Mário de Andrade.” (www.cpdoc.fgv.gov.br, disponível em dezembro de 2004)

A compreensão do contexto cultural em que, pela primeira vez no Brasil, se formula explicitamente a temática de um patrimônio histórico e artístico nacional, implica na sua relação com o surgimento e o desenvolvimento do movimento cultural mais importante da primeira metade do século XX – o Modernismo.

A significação do Modernismo na vida cultural e também, secundariamente, na vida política do Brasil, os pode ser corretamente avaliada na relação desse movimento com o contexto cultural a que veio se opor. Caracterizado de início como um movimento exclusivamente artístico, na verdade desde suas primeiras manifestações demonstrou ter um alcance bem mais amplo. Era o envolvimento com a questão da identidade nacionais que marcava um compromisso social do intelectual, inclusive dos escritores e artistas.

Ao se alinharem a modernidade a partir de sua concepção de arte como um campo autônomo, os modernistas brasileiros não romperam apenas com uma tradição estética; romperam com toda uma tradição cultural profundamente enraizada não só entre produtores e consumidores de literatura e arte arte, como em toda a sociedade.

Para os modernistas, Minas Gerais se constituiu, desde a segunda década do século, em pólo catalisador de idéias. Nesse momento, no que se refere a construção da nação, o Barroco é emblemático, percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidora da aura da origem da cultural brasileira.



Figura 6 Altar da Igreja de N. Senhora do Ó, em Sabará. Contraste entre a pobreza da população e a riqueza dos interiores das igrejas.

Havia entre os mineiros um sentido de constituírem uma elite intelectual e com a vocação do espírito público. Predominavam neles valores como o rigor, a sobriedade, a honestidade intelectual e moral e, sobretudo, o senso de dever.

No último capítulo procura-se estabelecer as conexões entre patrimônio cultural e turismo, também por meio da História.

CAPÍTULO 4

A ARTE BARROCA E A IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA

O Patrimônio Cultural é um dos elementos inerentes à construção e ao exercício da cidadania porque se constitui de bens e valores “portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”¹⁶

A identidade cultural de uma população se faz, também, através da preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. Este patrimônio deve ser visto como um grande acervo, que é o registro de acontecimentos e fases da história.

A história e preservação do Patrimônio Cultural, envolve conhecimentos de várias áreas, tornando seu estudo complexo e interdisciplinar conforme, aliás sublinhado na introdução do estudo.



Figura 7 Casa dos Contos, em Ouro Preto, onde funcionava a Casa de Fundição.

¹⁶ Art 216 CF

O conjunto histórico das cidades, bem como seus museus, seus acervos, são testemunhos da vida em outras épocas, são pontos de referência para a compreensão da história das outras gerações. Aspectos da história administrativa, política, econômica e social e das manifestações religiosas e culturais que marcaram a vida cotidiana das comunidades no passado podem ser conhecidas através desses testemunhos. Hall afirma:

“A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros”.(Hall, 2001:39).

O acesso às informações que cada um desses bens culturais oferece e revela como as pessoas encontravam soluções para sua sobrevivência cotidiana, como pretendiam e transformavam a realidade de seu tempo. Esse conhecimento próximo da trajetória humana permite compreender que todos nós, gerações do passado e do presente, somos agentes do mesmo processo histórico e estamos dotados, por isso mesmo, da capacidade de projetar o futuro.

A preservação do Patrimônio Histórico e Cultural tem importância fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento cultural de um povo. Os bens culturais guardam informações significadas, mensagens, registros da história humana – refletem idéias, crenças, costumes, gosto estético, conhecimentos tecnológicos, condições sociais, econômicas e políticas de um grupo em determinada época.

“O demorado contato de gente de procedência diversa, cada grupo trazendo a sua concha, isto é, o seu patrimônio cultural motivou trocas e influências recíprocas que ficaram, com o decorrer dos séculos, profundamente gravadas. Quando o resíduo cultural se transferiu, ao influxo da aproximação de grupos diversos, alterado pela contribuição inerente à transmissão eivado dos sinais da passagem de uma coletividade a outra, o problema de origem se torna complexo, incerta a fonte, duvidosa a procedência. O que caracteriza o popular é a ausência da autoria e também o fato de não pertencer a ninguém, a rigor.”(Sodré 1960:277)

A conscientização da sociedade sobre a importância em relação ao patrimônio histórico é o caminho para a preservação. A valorização do patrimônio cultural como herança de várias gerações, o acervo que carrega consigo a história da civilização, sua memória e identidade devem ser preservadas pela manifestação da consciência popular, para que sejam conservados e façam parte da vida das gerações que virão.

Sendo assim devemos destacar a importância de levar ao povo, desde a infância o valor da preservação dos bens históricos e culturais, de uma forma mais direta, pois cultivando esses valores desde o ensino fundamental, teremos no futuro uma geração mais consciente de que a preservação é responsabilidade de cada cidadão e não apenas do Estado.

“Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações. Para assegurar este direito incumbe ao Poder Público, dentro outros mecanismos, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para preservação do meio ambiente”.(Artigo 225, da Constituição Federal).

O Barroco Mineiro é um estilo que, devido às suas características marcantes, suntuosas, aos símbolos como: anjinhos, que simbolizavam o amor divino, as belas igrejas, causam um certo impacto visual que desperta, especialmente ao leigo, a importância de zelar por essas belezas, despertando assim a importância da preservação dessa herança cultural para as futuras gerações.

O impacto que uma bela obra de arte barroca causa, em especial aquela baseada na fé católica, nos anjos e santos, é o sentimento de valorização do patrimônio cultural. Tudo isso nos remete ao passado, como aqueles povos, naquela época, sem os recursos que possuímos hoje, conseguiam criar tão belas obras,

muitas delas em cima de altas montanhas, de difícil acesso. É um despertar para a responsabilidade que cabe a cada um de nós de cuidar, de zelar por este rico patrimônio que possuímos.

Tendo em vista que o maior problema na questão da conservação e preservação dos bens históricos e culturais provém da falta de esclarecimento da população, em sua maioria os menos favorecidos econômica e socialmente. Do que representa esses valores para a formação e afirmação da identidade cultural de uma nação, buscando juntar um atributo freqüente nas classes menos favorecidas: a fé e a religiosidade, à suntuosidade das obras barrocas, que por suas características religiosas podem despertar o sentimento de preservação, num primeiro momento como único de um processo de conscientização e conhecimento que conseqüentemente levaria a preservação dos demais bens históricos e culturais.

“É preciso que haja uma retomada de valores éticos que afirmem uma cultura de paz, diálogo e tolerância e que coloquem a paternidade, a solidariedade e a alteridade como elementos centrais nas relações sociais e ambientais. A retomada desses valores deve estar articulada com a luta política pela democracia e abertura de novos espaços e mecanismos concretos de inclusão e participação. As estratégias ambientais são indissociáveis da luta contra enormes desigualdades e injustiças na relação entre países, seres humanos e regiões do planeta”. (www.forumsocialmundial.org.br, disponível em outubro 2005).

4.1. CONHECENDO E PRESERVANDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL.

Instituto de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN, órgão federal, responsável pela identificação e preservação do patrimônio cultural brasileiro, também participa do processo de educação e conseqüentemente, da construção da cidadania ao promover a educação e a apropriação do patrimônio pelas comunidades em que estão inseridos. O projeto “Conhecer para preservar,

Preservar para conhecer” no qual alunos do ensino fundamental das redes oficiais de ensino são levados a conhecer suas cidades, monumentos, e os objetos dos museus como referências concretas da sua história individual e coletiva, é um bom exemplo.

Embora exista o projeto, é necessária uma maior divulgação deste, e este é o caminho, contudo, precisa ser levado ao conhecimento das escolas, das comunidades mais carentes, pois só com atuação efetiva e prática do projeto, este atingiria a finalidade proposta. Há de haver, ainda, maior interesse dos educadores, especialmente das séries iniciais, em buscar junto aos órgãos responsáveis estes projetos e divulgá-los junto a seus alunos.

O elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. E sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, a sociedade mantém através destes, estreitos vínculos com o passado.

“O conceito de cultura identificava-se com o de civilização. Ou seja, os valores culturais repousavam numa estrutura de avanço tecnológico, em economias e sociedades dinâmicas, e a cultura era o resultado desses níveis, ainda que pudesse ser pensada dialeticamente como instrumento de transformação da sociedade. Enfim literatura, teatro, música, pintura, escultura, arquitetura eram os níveis de expressão da sociedade enquanto índices da sua civilização”.(Camargo 2002 . 73)

É através desta identidade passado-presente que nos conhecemos coletivamente como iguais, que nos identificamos com os outros componentes de nosso grupo. O passado nos dá um sentido de identidade, de pertencimento e nos faz conscientes da nossa continuidade como pessoas através dos tempos. A nossa memória coletiva modelada pelo passar do tempo não é mais que uma viagem através da história, revisitada e imortalizada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento coletivo de identidade que

alimentam no ser humano a sensação de permanência no tempo. Os objetos do passado proporcionam estabilidade pois se o futuro é essencialmente incerto, a única certeza que o ser possui é a verdade irrefutável do passado.

Atualmente a sociedade se relaciona com o passado de forma profundamente influenciada pelo dinamismo que caracteriza aceleração da mudança social dos tempos modernos. Por esta razão, os modelos de identificação estabelecidos com o passado, sob forma de tradição, perdem a continuidade. E nesta realidade, o patrimônio surge com uma forma de recuperação eficaz. Através do patrimônio o indivíduo resgata um pedaço do passado, estabelecendo uma relação direta, como um artifício idealizado com a finalidade de identificar-se no espaço e no tempo.

Através das artes temos representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade e seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças. A arte na educação como expressão pessoal e como cultura é importante para a identificação cultural e o desenvolvimento.

Não há quem não se sinta tocado pelo deslumbramento dos objetos e construções do período barroco, o rigor dos detalhes e adornos, nos causa um impacto à primeira vista e é dessa impressão que buscamos a valorização dessas obras diante da sociedade, com vistas à preservação e conservação de valores tão caros a cultura e a história da nação.

“A despeito da origem européia e dos notórios vínculos com o catolicismo da contra-Reforma, o nosso Barroco não foi apenas um produto imitativo. Foi executado por gente da terra, em geral, mestiços e com materiais locais, principalmente, no século XVIII mineiro, a pedra – sabão.” (Lopez 1981 – 61).

Contudo, não é só incluindo arte nos conteúdos escolares que se dará a “mágica” de favorecer o crescimento individual e o comportamento do cidadão. Apreciar, educar os sentidos e avaliar a qualidade das imagens produzidas pelos artistas é um processo de desenvolvimento contínuo que se inicia na escola e após o período escolar deve ser cultivado através de visitas a museus, exposições, arquivo, etc., desde que estes sejam de possível acesso a todos.

É de grande importância no processo, uma maior divulgação dos projetos que visam à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Existem projetos e programas voltados ao tema, contudo, não existe a divulgação apropriada que atinja a sociedade como um todo, como, por exemplo, programas de TV em canais abertos, semelhantes aos que são levados ao público através de TV por assinatura, que atinge um mínimo da sociedade, aquela de maior poder aquisitivo.

A busca contínua de conhecimento é o caminho para a preservação dos bens históricos e culturais, fator essencial para a afirmação da identidade cultural brasileira. Esse processo só é possível através do interesse pessoal e das oportunidades oferecidas à população como um todo, para que o sentimento de preservação possa atingir a todas as camadas da sociedade.

4.2. ATRATIVOS TURÍSTICOS DO BARROCO MINEIRO: PRESERVAR E CONSUMIR.

Os motivos das primeiras viagens para as Minas Gerais em 1693, quando foram descobertas as primeiras minas, foi o ouro, logicamente. Com isso houve muitos conflitos e desordem. Nada tinha sido organizado direito, e os poderosos lutavam contra o governo de Portugal para manter o domínio sobre a região. Apesar disso a situação foi mudando nas décadas seguintes.

As casas foram sendo construídas, abriam-se ruas e estradas, cultivaram-se as terras e o gado começou a ser enviado-se as terras e o gado começou a ser enviado para as minas. As regiões vizinhas começaram a se organizar com o objetivo de produzir e vender para as áreas que extraíam o ouro. Os homens mais ricos procuravam ter numerosos cativos trabalhando nas minas para extrair maior quantidade de ouro.

Assim, na segunda metade do século XVIII, as vilas haviam crescido bastante. Vila Rica, por exemplo, atingiu uma população de 20 mil pessoas, o que era uma quantidade considerável para trezentos anos atrás. A maioria se compunha de negros e mulatos isto é, filhos de brancos e negros. Os brancos correspondiam a uma pequena parte da população, porque o número de escravos trazidos da África era maior.

O Estado de Minas Gerais é parte valiosa de nossa história e se os motivos hoje para visitá-la não é mais o ouro, podemos perceber grande interesse por parte dos turismólogos.

O turismo, fenômeno social, é considerado hoje como a força econômica que trará melhores condições de vida, através das muitas atividades que propicia desenvolvimento das regiões antes esquecidas, promovendo inclusão social e educação ambiental. Quando a atividade prima pela responsabilidade social.

Minas Gerais atrai estudantes, professores, e turistas do país inteiro e até do exterior para conhecer sua história ímpar, também é um convite para quem gosta de belas paisagens e degustar a culinária regional. O turismo é uma atividade de lazer, fora de seu local de moradia e costumes, onde o turismo não ficará por muito tempo. Sendo assim a atividade turística deve ser bem administrada para que não ocorra

destruição dos bens culturais e naturais, mais que a responsabilidade junto ações de conservação torne uma atividade perene.

“A desconsideração dos elementos culturais locais no planejamento e desenvolvimento de atividades turísticas está profundamente relacionada a degradação ambiental gerada na grande maioria das localidades turísticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo encontrar-se exemplos semelhantes em todo o mundo. As comunidades nativas conhecem muito bem as características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação. Sua participação ativa pode dar os parâmetros da sustentabilidade da atividade turística. Só assim elas, e igualmente as gerações futuras, poderão ser beneficiárias deste desenvolvimento.”(GARINE, 1979-83)

As cidades mineiras de Ouro Preto, Sabará, São João Del Rey, Tiradentes são acessíveis ao turista o que facilita muito a viagem para estes locais superlotando as cidades em finais de semana e feriados. Entretanto percebe-se que os moradores destas cidades aumentavam ultimamente e algumas montanhas que integravam a paisagem junto as antigas igrejas, deram lugar a moradias irregulares tirando a harmonia do local e muitas vezes pondo em risco a vida de seus habitantes, desconsiderando os princípios do (PNMT) Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Em que visa realizar em conjunto das ações, e a seleção de prioridades e o acompanhamento de atividades que contemplem a compatibilidade dos aspectos econômicos sociais e ambientais, culturais e políticos do município no desenvolvimento do turismo. Também visa estimular a comunidade a atuar e a decidir na busca de alternativas e objetivos comuns delineando diretrizes que possam orientar a elaboração de projetos de turismo sustentável que expressem a visão de futuro da comunidade.

O turismo é uma atividade que integra comunidade e visitante. Ambos tiram proveito da riqueza do local, mas é preciso que haja uma conscientização da necessidade de preservação e valorização dos bens culturais e naturais. Medidas

responsáveis e que vão garantir a perenidade do Patrimônio Histórico Cultural e o meio ambiente.

CONCLUSÃO

O Brasil possui um dos patrimônios históricos urbanos mais ricos do continente americano. Esse patrimônio representa a pluralidade cultural, histórica, geográfica e étnica que caracteriza a formação do país. Abrange o acervo arquitetônico e urbanístico legado pelos portugueses, pelos bandeirantes, pela cultura negra e indígena, pelos imigrantes, estendendo-se de norte a sul do país.

Dentre esse diverso patrimônio histórico e cultural, destacamos o Barroco mineiro. O estilo Barroco chegou no Brasil com as grandes missões colonizadoras da Companhia de Jesus. Os jesuítas catequizadores chegaram com os valores católicos, temos por todo o país inúmeras igrejas construídas segundo os princípios desse estilo.

A arte barroca mineira é umas das mais belas do mundo. Os artistas barrocos construíram igrejas, capelas, santuários, oratórios, etc. Os maiores representantes da arte barroca em Minas Gerais são: Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e Manoel da Costa Ataíde, reconhecido mundialmente por suas obras em várias cidades mineiras, dentre elas, Ouro Preto, Congonhas do Campo, Mariana e Tiradentes, onde se encontram diversas obras que constituem o patrimônio artístico, sendo uma excelente fonte de informação sobre a existência de uma tradição da arte em Minas Gerais.

Contudo, o patrimônio cultural não se restringe às cidades históricas e grandes centros. Toda cidade tem sua história e sua memória. Portanto, não se deve pensar em preservação do patrimônio cultural sem a participação da sociedade, que muitas vezes também contribui para a destruição do acervo cultural.

O maior problema da Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é que, apesar de existir vasta legislação visando a proteção do patrimônio, faltam campanhas de conscientização e esclarecimento da sociedade no que se refere à preservação de monumentos que representam nossa história, do quanto é importante resguardar a memória nacional, como fonte inesgotável de conhecimento da sociedade, que só seria possível através da inclusão do tema no sistema educacional, desde as séries iniciais, sempre dando enfoque à questão da preservação e conservação do patrimônio cultural.

No entanto, a simples existência e conservação dos bens culturais não garante a difusão de todo o conhecimento de que são portadores. Os tombamentos, as restaurações, as legislações de proteção e demais ações de preservação são indispensáveis, mas não promovem, necessariamente, a compreensão do seu significado, nem sua valorização como testemunhos da história pessoal e coletiva das comunidades.

Para tanto são necessários ações e projetos específicos de educação patrimonial, capazes de estimular a difusão e a apropriação do conhecimento contido e gerado pelo patrimônio cultural.

Além da questão da identidade, a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte da sociedade. Um monumento dificilmente será alvo de um ato de vandalismo por parte de alguém que conhece seu significado, que conhece o que ele representa para sua própria história como cidadão, simplesmente porque se identificará com aquele monumento.

A atividade turística explorada com consciência e responsabilidade contribui para a preservação do patrimônio histórico e a identidade cultural. Mas para que

haja uma sinergia é preciso que o turismo valorize os saberes da comunidade local e faça a inclusão no projeto turístico.

A integração da comunidade local contribuirá para preservação do patrimônio histórico e sua identidade, e os resultados serão reconhecidos e prestigiados pelos turistas.

BIBLIOGRAFIA

Almanaque Abril. Ed. Abril: 1997,2000 e 2001

Boletim Informativo 14^a ed. **Patrimônio Cultural** Coordenação Regional do IPHAN
73,84p.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural.** São Paulo: Aleph,
2002. 360 p.

Constituição da República Federativa do Brasil: 1988, 20^a ed. Brasília: Câmara
dos Deputados, Coordenação de Publicação, 2003.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
11,12 p.

COTRIN, Gilberto. **História Global, Brasil e Geral 1^a ed.** Ed. Saraiva, 1997.35,36 p.

DIAS, Reinaldo: **Fundamentos do Turismo.** São Paulo: Alínea, 2003. 54,65 p.

ETZEL, E. **O Barroco no Brasil.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.
86,95 p.

FUNARI, Pedro Paulo. **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Contexto, 2000.
67,68 p.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade, 5^a ed.** Rio de Janeiro:
DP e A, 2001. 39 p.

HAUSER, A . **História Social da Arte e da Literatura.** São Paulo: Martins Fontes,
2000. 35 p.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes.** São Paulo: Companhia das Letras,
2002. 330 p.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT Comentadas para Trabalho**

- Científico.** Curitiba: Juruá, 2003. 33 p.
- LEFRÉVER, R. **Minas, Cidades Barrocas**. São Paulo: Nacional, 1979. 32,39 p.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória** 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003.
419 p.
- LEMOS, Amália. **Turismo e Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 2001.
231 p.
- LEMOS, C. **O que é Patrimônio História**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 85,86 p.
- MACHADO, L. **Barroco Mineiro/ Debates**. São Paulo: Perspectiva, 1984. 98 p.
- MANTORO, Tânia Siqueira org. **Cultura do Turismo: Desafios e Práticas Socioambientais**. Brasília: Thesaurus, 2003. 135,136 p.
- OLIVEIRA, José C. **Turismo Cultura e Identidade**. São Paulo: ROCA, 2003. 50 p.
- PRADO, C. Jr. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977. 60 p.
- PROENÇA, G. **História da Arte**. São Paulo: Ática, 1987. 97 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 1960. 277 p.
- TOTA, Antônio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 35 p.

Sites:

www.cidadeshistoricas.art.br

www.cpdoc.fgv.gov.br

www.forumsocialmundial.org.br.2005

www.iphan.gov.br

www.mec.gov.br

ANEXO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO II

Da União

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- I. Zelar pela guarda da Constituição das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II. Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- III. Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
- IV. Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

TÍTULO VIII

Da Ordem Social

SEÇÃO II

Da Cultura

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores das sociedades brasileiras, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§2º Cabem à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§3º A lei estabelecerá incentivos para a produção de conhecimento de bens e valores culturais.

§4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

§5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscência históricas dos antigos quilombos.

